

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESDE EL SUR - INTERCULTURALIDADE, DECOLONIALIDADE E ECOLOGIA DE SABERES

1Natália Burity de Almeida Teixeira (IC-UNIRIO); 2Celso Sánchez Pereira (orientador)

1Instituto de Biociências; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2 Departamento de Didática; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Apoio Financeiro: PIBIC, CNPq, UNIRIO

Palavras-chave: educação ambiental; diversidade; mapeamento; América do sul

INTRODUÇÃO

O mapeamento da Educação Ambiental na América do Sul ainda é um campo pouco explorado. Em muitos países, o que persiste são iniciativas individualizadas para desenvolver esta investigação por parte de pesquisadores e instituições (GAUDIANO, 2009).

Séculos nos separam do início da colonização e a América Latina demonstra não existir para os seus, mas para os outros. Perdura a importação do modelo de vida de países centrais, que em sua maioria entra em conflito com a própria realidade tropical latino-americana. Percebe-se na trajetória histórica da Educação Ambiental brasileira, primeiramente, a tendência à busca de uma definição universal que represente todos os envolvidos nessa práxis educativa. Contudo, os educadores ambientais perceberam que do mesmo modo que existem diferentes concepções de natureza, meio ambiente, sociedade e educação, também poderiam existir diferentes concepções sobre a Educação ambiental. Esse ideal de prática pedagógica monolítica é substituído pela percepção de diversidade e pluralidade, que pode gerar diversos tipos de manifestação de conhecimentos, práticas, disciplinas e posições pedagógicas, epistemológicas e políticas.

No Brasil, a Ecologia Política enriqueceu a reflexão e o debate ecológico, já que uma nova perspectiva foi adotada à análise, a partir o âmbito político começa a atentar para modelos de desenvolvimento econômico-social, os interesses e conflitos de classe, os padrões culturais e ideológicos e as injunções políticas dominantes na sociedade (LAYRARGUES, 2011). Atualmente, de acordo com Layrargues, existem três macro-tendências que buscam e competem entre si pela hegemonia simbólica e objetiva do campo de Educação Ambiental, sendo elas: as conservacionistas, pragmáticas e críticas. Os conservacionistas objetivavam despertar uma nova sensibilidade humana em relação à natureza, como a importação do modelo conservacionista de criação de parques nacionais no Brasil, ressaltando que não apenas os aspectos estruturais dos parques e reservas foram absorvidos, como também a ideologia da relação entre o homem e a natureza, fundamentada na visão do homem como seu destruidor (DIEGUES, 1996). Assim, não parece lógico impor a ideologia de uma natureza, que pode ser preservada apenas se separada do convívio humano a uma sociedade caracterizada pela presença de populações tradicionais que conseguiram constituir relação harmônica com a mesma. A vertente deixa de ser recorrente e, então surgem duas novas vertentes.

Contrapondo o conservacionismo, estão as vertentes crítica e pragmática. Elas se desenvolvem em oposição a tendências conservadoras e comportamentais e procuram problematizar constantes contradições que se mostram presentes nos modelos de desenvolvimento e de sociedade. Com elas, procura-se contextualizar e politizar o debate ambiental e articular as dimensões de sustentabilidade. As três macro-tendências procuram expressar seus ideais do campo em estudo através de três direções estruturadoras de pensamento, gerando uma pluralidade de posições e concepções pedagógicas e políticas. Isto possibilita que, naturalmente, sejam geradas diversas possibilidades para conduzir o contexto de crise ambiental contemporânea.

OBJETIVO

Este projeto, baseado nos pressupostos de Gaudiano e González (2008), visa elencar as políticas públicas de educação ambiental institucionalizadas nos países sul americanos, verificando a existência de leis e políticas vigentes, além de instituições e projetos públicos relacionados à educação ambiental. Tem-se como principal objetivo avaliar a perspectiva de educação ambiental em documentos legais, assim como a forma com que estes vêm sendo colocados em prática, ou não. Desta forma, a crítica que permeia o estudo se refere à forma com que os modelos impostos pela UNESCO, por exemplo, são constantemente importados, mesmo que, em muitos casos, isto não seja condizente com a própria realidade cultural dos países latino-americanos.

METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas bibliográficas e levantamentos de dados junto às instituições ambientais dos países sul-americanos para analisar a qualidade do programa de compreensão ambiental existente fornecido à sociedade. Inicialmente, a pesquisa se deu através da obtenção das bases constitucionais de cada país disponibilizadas em seus sites oficiais. Os países Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Equador, não apresentaram suas Constituições em suas páginas governamentais foram solicitados individualmente via email e o retorno ainda está sendo aguardado. O estudo das Constituições englobou três assuntos importantes expostos de forma direta: meio ambiente, educação e educação ambiental. Em relação a cada assunto, consta a existência ou não de capítulo exclusivo, quais artigos abordam o assunto e um resumo sobre o que é dito sobre o assunto. Foi criada uma tabela com todas estes dados e, posteriormente, inicia-se o processo de avaliação de dados. Nesta etapa, é fundamental possuir visão crítica quanto ao que foi documentado. Países que demonstram ser politicamente a favor do meio ambiente e se intitulam precursores da educação ambiental, demonstraram que suas bases constitucionais são muito simplórias na abordagem destes assuntos. O mapeamento da repercussão será armazenado individualmente entre os pesquisadores, para uma posterior publicação em um site que será criado para este fim.

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RESULTADOS

A Tabela 1 mostra os dados obtidos pela pesquisa de forma resumida, mostrando quais países possuem ou não capítulos ou sessões exclusivos para cada um dos três temas. Como se pode observar, nenhum país possui uma parte de sua Constituição exclusiva para educação ambiental. Não se pode observar nesta Tabela, mas com todos os dados obtidos na pesquisa, apenas Argentina, Brasil e Venezuela citam a educação ambiental em suas bases constitucionais. A Venezuela, dos três países, mostra de forma mais específica em seu Artigo 107 que “A educação ambiental é obrigatória nos níveis e tipos de sistema de ensino, bem como na educação não-formal de cidadania. É obrigatório em instituições públicas e privadas, para o ciclo diversificado, o ensino da língua espanhola, história e geografia da Venezuela, e os princípios da ideologia bolivariana.”

Tabela 1			
Constituição			
	Possui capítulo/sessão exclusivo ao meio ambiente?	Possui capítulo/sessão exclusivo para educação?	Possui capítulo/sessão exclusivo para educação ambiental?
Argentina	X	X	X
Bolívia	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	X
Brasil	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	X
Chile	X	X	X
Colômbia	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	X	X
Paraguai	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	X
Peru	X	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	X
Uruguai	X	X	X
Venezuela	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	X	X

CONCLUSÃO

Todos os países com exceção do Equador, Guiana Francesa, Guiana e Suriname disponibilizaram suas constituições nacionais atualizadas em seus próprios sites governamentais. Isto mostra que as leis nacionais quanto à transparência de informações para a população vêm sendo posta em prática. Nem todos os países retornaram aos emails enviados quanto a dúvidas mais específicas em suas constituições, mas vale ressaltar que a Argentina foi o único país que respondeu a todos os emails ao ser contactado.

Os dados obtidos a partir do mapeamento deste estudo mostram a fragilidade no aprofundamento quanto ao meio ambiente, educação e, principalmente, educação ambiental. Curiosamente, a Tabela 1 apresenta nos resultados mostra a existência de mais Capítulos exclusivos ao meio ambiente do que à educação. Isto seria um fator preocupante, já que existem países que, apesar de citarem a educação em suas bases constitucionais, não possuem capítulos ou sessões exclusivas a ela. A Colômbia, por exemplo, afirma em sua constituição a importância da educação na formação do indivíduo não apenas para o exercício de sua profissão, mas também para sua formação com valores éticos, morais e para sua maior preocupação com o meio ambiente. Curiosamente, a Colômbia não possui nenhum capítulo exclusivo à educação.

A Argentina é considerado um dos países precursores da educação ambiental na América Latina, porém demonstra uma constituição menos específica já que pouco aborda a educação, o meio ambiente e a educação ambiental. Em seu Artigo 41, de forma sucinta, apenas afirma que as autoridades prevêm a preservação da informação e educação ambiental. Corroborando com esta abordagem limitada, o Brasil também apenas afirma que cabe ao Poder Público promover a educação ambiental como mecanismo assegurador do direito comum a todos de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Estas, dentre outras questões podem ser avaliadas nos resultados obtidos pela pesquisa. Assim, podemos concluir que muito é dito, porém pouco é, de fato, realizado. A falta de aprofundamento por parte de documentos legais é facilmente observada. Com isto, o objetivo deste projeto vem sendo alcançado.

REFERÊNCIAS

- 1- DIEGUES, A. Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo, 1996.
- 2- GAUDIANO, E. González; LORENZETTI, L. Investigación em Educação Ambiental na América Latina, dezembro 2009.
- 3- LAYRARGUES, P. Pomier; LIMA, G. Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil, setembro 2011.
- 4- LOUREIRO, M., PACHECO, R. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972- 92). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.29, n.4, p. 137-53, dezembro 1995.
- 5- ROMANELLI, Otaíza de O. História da educação no Brasil. 19 ed. Petrópolis, 1997.